

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	45
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	50
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	51
10.5 - Políticas contábeis críticas	59
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (“**SCIGR**”) definido a nível Holding (“**Enel SpA**”), que estabelece as diretrizes na gestão dos riscos através das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., para aplicar nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estas são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

Para seu cumprimento existe a política específica de Gestão de Riscos da Ampla que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando as exigências locais em termos de cultura de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera as três linhas (de defesa) para obter um gerenciamento eficaz e eficiente de riscos e controles, onde o controle da unidade de negócio é a primeira linha de defesa no gerenciamento dos riscos, através das diversas funções de controles internos desenvolvidos para assegurar a gestão dos riscos e supervisionar a conformidade com políticas e procedimentos internos estabelecidos pela unidade de negócio, a área de Gerenciamento de Riscos, responsável pelo processo de gestão de riscos da Companhia, é a segunda linha de defesa, e a Auditoria Interna é a terceira linha, responsável por realizar uma avaliação independente do sistema de gestão de riscos. Cada uma dessas três “linhas” desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança de riscos da organização. Cada linha de defesa tem a obrigação de informar e manter atualizada a Alta Administração e os Diretores sobre a gestão de riscos..

A área de Gerenciamento de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é realizar as etapas de identificação, análise e avaliação de riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, e seu tratamento, através da definição de ações de mitigação por meio de planos de ação elaborados junto às áreas e Risk Owners, colaboradores das unidades de negócio responsáveis pelos diferentes riscos. Na fase de tratamento dos riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (ISO) e das regulamentações governamentais, a fim de garantir boas práticas de governança e a continuidade dos negócios.

Os gerenciamento dos controles internos visam garantir que as atividades do negócio, à luz deste tema, permitam mitigar os riscos relacionados à observação e à aplicação rigorosa de todos os procedimentos e normas atuais, ambos relacionados ao cumprimento da metodologia Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (“COSO”). Esta área atende a todos os requisitos para o monitoramento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, incluindo a certificação semestral desses controles para auditoria externa e para definição em conjunto com os proprietários de processos e proprietários de controles ações para mitigar as deficiências dos controles endereçados pelos Auditores Externos Independentes e melhorar continuamente os processos, bem como monitorar sua implementação e comunicar o status à Alta Administração.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel está sujeito a testes regulares e auditorias, levando em conta a evolução das operações corporativas e a situação em questão, bem como as melhores práticas e diretrizes de regulamentos internos e regulamentos internacionais como ISO 31000: 2018 (G31000), COSO, COBIT etc.

A Companhia possui um Comitê de Crise que visa garantir a clareza, rapidez e eficiência da tomada de decisões e comunicação interna e externa para a gestão de qualquer evento que possa comprometer a segurança das pessoas, a continuidade do serviço público e empresarial, meio ambiente, proteção patrimonial, imagem, reputação e gestão da empresa, bem como minimizar os impactos nas partes interessadas para garantir a rápida restauração das condições operacionais normais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia aprova anualmente a política específica de Gestão de Riscos Ampla, que tem como objetivo indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, utilizando 6 macro categorias de riscos, a saber: Financeiros, Estratégicos, Governança e Cultura, Tecnologia Digital, *Compliance*, Operacionais e 38 sub-categorias de riscos.

A taxonomia de risco e sua gestão abrange o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo claramente os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos quantificando-os antes e depois das ações de mitigação.

Financeiros: englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos), liquidez e adequação da estrutura de capital e acesso ao financiamento.

Estratégicos: representam os riscos que afetam a estratégia ou continuidade do negócio e/ou seus objetivos estratégicos e estão relacionados, por exemplo, à inovação, planos de investimento, novos clientes, novos *players*, desenvolvimento legislativo e regulatório, tendências macroeconômicas e geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros.

Governança e Cultura: risco de incorrer em perdas econômicas ou financeiras e danos à reputação como resultado de uma incapacidade de atingir as expectativas das partes interessadas (*stakeholders*) incluindo aspectos éticos e culturais da Companhia.

Tecnologia Digital (*cyber security*): relacionados à sanções judiciais administrativas, perdas econômico-financeiras e danos à reputação como consequência de ataques cibernéticos e roubos de dados corporativos e clientes sensíveis ou massivos, atribuíveis à falta de segurança da informação, segurança de redes, sistemas operacionais, bancos de dados, digitalização, eficácia de TI e que possam afetar a continuidade do serviço.

Compliance: risco de não-conformidade com regulamentação e/ou legislação (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais, direito do consumidor e rescisões contratuais), que possa gerar exposição e penalidades legais, perdas financeiras e de reputação.

Operacionais: representam os riscos da operação, decorrentes de processos internos inadequados, falhas sistêmicas na rede e outros eventos de causas externas. Seu monitoramento visa garantir a disponibilidade, qualidade e eficiência dos processos e infraestrutura de distribuição e transmissão.

Adicionalmente, dentre o conjunto de riscos monitorados relacionados à sustentabilidade, aqueles relacionados às mudanças climáticas são particularmente relevantes. Dois tipos podem ser distinguidos: (i) **riscos físicos associados às mudanças climáticas:** relacionados à ocorrência de condições climáticas extremas ou a mudanças graduais; e (ii) **riscos de transição para uma economia de baixo carbono:** relacionados a mudanças regulatórias/legais, políticas, tecnológicas e de mercado com efeito de curto, médio e longo prazo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A seguir, apresenta-se os grupos de riscos e como eles são tratados:

Financeiros: a Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do Grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo SAP-GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diário e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros. O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, utilizando modelos estatísticos para demanda e hidrologia.

Estratégicos: são gerenciados pela área de *Risk Control Latin America* através da matriz de riscos, classificando-os de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, os quais são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação deles ("**Country Managements**" e "**Risk Owners**").

Tecnologia Digital (cyber security): por se tratar de um risco transversal com impacto em todo o mundo, o Grupo Enel possui uma área especializada ("**CERT**") e centralizada que monitora e apoia todas as empresas do Grupo em relação a riscos dessa natureza. O CERT faz parte da área de Segurança Cibernética, que monitora as instalações em tempo integral, em busca de melhorias contínuas na proteção em toda a organização.

Compliance: para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros. Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia e uma área específica de Regulação acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades da Companhia.

Operacionais: são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção, identificação e monitoramento desses riscos.

Governança e Cultura: para gerenciar essa classe de riscos, que envolve o relacionamento com partes interessadas ("**stakeholders**"), há o acompanhamento diário da exposição e imagem da Companhia, sendo realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, em complemento ao Programa de Integridade da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção ("**Lei 12.846/13**"). Esse programa está inserido no Programa Global de *Compliance*, adotado pelas companhias do Grupo Enel no Brasil.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da holding Enel Brasil S.A.; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A função de *Risk Control Latin America* atende a todos, e cada um dos países dentro da América Latina, sendo responsável pela gestão dos principais riscos Financeiros; Estratégicos; de Governança e Cultura; de Tecnologia Digital, de *Compliance*, e Operacional, bem como identificar outros riscos de forma ex-ante e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo ex-post com a contínua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Line* de Infra-estrutura & Networking (I&N), Trading Generation (TGx), Geração (GT), Enel Green Power (EGP) e Enel X.

No âmbito de cada sociedade do Grupo, incluindo a Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, e cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos referidos riscos.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de auditoria interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento.

Além do Comitê de Riscos e da Auditoria Interna, a Companhia conta ainda com uma área de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão dos riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de Auditoria Interna e de Controles Internos, gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como *Process* e *Control Owners* dos riscos que afetam as demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, eles utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel (Policy no 349), a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação.

A Companhia adota estratégias visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos financeiros. Com essa finalidade, mantém processos gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A Companhia tem como objetivos de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível mínimo de caixa para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

Dentre os riscos de mercado para os quais a Companhia possui mecanismos de proteção estão:

Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

Até o momento, o portfólio do Grupo demonstrou resiliência à crise global da pandemia. Tudo isso graças a um fortalecimento dos canais de cobrança digital e uma sólida diversificação de clientes comerciais que tiveram baixa exposição aos impactos do COVID.

No caso de créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	116.718	129.555
Instrumentos financeiros derivativos	(15.066)	333.416
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.096.634	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	406.861	-
Ativo indenizável (concessão)	5.287.315	4.321.429
	8.133.433	7.239.482

Em 31 de dezembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Tabela 5.2.b.i.1 (R\$ mil):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2021	2020
AAA	346.311	601.441
AA+	4.855	4.704
AA	812	31.105
Total geral	351.978	637.250

Instrumentos Financeiros Derivativos	2021	2020
AA-	(15.066)	333.416
Total geral	(15.066)	333.416

Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (de Dólar e Libor+spread para Real e CDI+spread). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (em milhares de reais).

Passivos em Moeda Estrangeira	2021
Empréstimos e Financiamento	3.129.013
Exposição Patrimonial	3.129.013
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(2.934.723)
Exposição Cambial Total	194.290

Risco de encargos de dívida (taxas de Juros e inflação)

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 90% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e Libor).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*Tabela 5.2.b.i.2 (R\$ mil):*

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2021	%	2020	%
Selic	20.167	5,73%	36.909	5,79%
CDI	331.811	94,27%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
Total	351.978	100,00%	637.250	100,00%

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, que caracterizam o mercado brasileiro, no qual taxas prefixadas são ainda menos frequentes, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar oportunidades de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Tabela 5.2.b.i.3 (R\$ mil):

Ativo Financeiro Indenizável	2021	%	2020	%
IPCA	5.287.315	100%	4.321.429	100%
Total	5.287.315	100%	4.321.429	100%

Tabela 5.2.b.i.4 (R\$ mil):

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	2021	%	2020	%
Taxa fixa	619.722	10,60%	430.510	10,06%
CDI	5.371.375	89,40%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
Total	5.991.097	100,00%	4.278.639	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil S.A e com a Enel Finance International EFI N.V. aprovados pela Aneel.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);**Risco de crédito, cambio, taxas de juros e inflação*

O impacto de fatores que possam afetar as operações, o Balanço e os Resultados da Companhia, tais como flutuações na atividade econômica (risco de crédito), taxa de câmbio, taxas de juros e índices de inflação, é monitorado constantemente por meio de simulações periódicas das exposições de crédito (aplicações financeiras e créditos a receber de clientes) e dívida, do fluxo de caixa para os próximos 12 meses e através do Plano Industrial da Companhia (Business Industrial Plan - BIP) que sofre atualização trimestral ou semestral para o ano corrente e revisão anual para o longo prazo que compreende às projeções para um período de cinco anos.

O monitoramento permite o planejamento do nível de exposição a cada indexador, levando em consideração também as oportunidades e restrições de mercado, buscando uma diversificação (Tabela 5.2.b.i.4) que reduza impactos que a volatilidade de mercado possa causar no estoque de dívidas e gastos financeiros.

No do Ativo Financeiro Indenizável (Tabela 5.2.b.i.3), a atualização pelo IPCA é parte do modelo regulatório, não havendo ações de proteção aplicáveis.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a contratação de operações atreladas principalmente aos índices que predominam no mercado brasileiro CDI/Selic, que possuem menor volatilidade frente aos demais indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Para o risco de crédito junto aos clientes, a Companhia adota como estratégia uma política de cobrança preventiva com ações que evitam a utilização imediata do instrumento de corte. Além disso, a Companhia possui uma base de clientes diversificada e pulverizada que permite a mitigação desse risco de forma natural. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Risco de Liquidez

Para os ativos financeiros utilizados na gestão de liquidez (Tabela 5.2.b.i.2), o mercado brasileiro atua predominantemente com o CDI/Selic como referenciais para instrumentos de liquidez imediata. Assim, a Companhia adota como estratégia alocar a maior parte de suas disponibilidades em aplicações financeiras atreladas ao CDI/Selic. Considerando que o estoque de dívidas indexadas a estes indexadores supera o saldo de ativos, não há outras ações de balanceamento ou hedge necessárias (a estratégia de gestão de riscos para estes instrumentos está mais relacionada à diversificação de riscos de contraparte, explicitada na Tabela 5.2.b.i.1).

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);

A Companhia, eventualmente, se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (cambio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros, a Companhia utiliza-se de monitoramento dos potenciais impactos financeiros utilizando informações de mercado para calcular o Market to Market e realizar análises de sensibilidade dos instrumentos, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta através de projeções de fluxos de caixa atualizadas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

periodicamente e de sua posição econômica.

Decisões sobre a mitigação de riscos estão relacionadas à percepção de riscos evidenciados pelas projeções mencionadas e às oportunidades de mercado para proteções adequadas.

Risco de crédito

Em relação a perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. Além disso, é estabelecida provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Em relação ao risco de contraparte, a companhia possui limites de exposição por instituição financeira. Esses limites são definidos baseados no rating de cada instituição, levando em consideração também o patrimônio líquido e relacionamento global com o grupo Enel no mundo. Mensalmente os limites são checados e podem sofrer alteração ou manutenção, seguindo também diretrizes do monitoramento corporativo de riscos para cada instituição financeira.

As contrapartes são analisadas de acordo com sua classificação de riscos (escala global das principais agências de riscos) e possuem limite de exposição que variam atualmente até o máximo de € 330,0 milhões (trezentos e trinta milhões de euros). As instituições que possuem classificação abaixo de *investment grade* (escala global das principais agências de riscos) podem possuir limite até € 5,0 milhões (cinco milhões de euros), mediante análise e aprovação.

Risco de câmbio

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Risco de encargos de dívida (taxas de Juros e inflação)

A Companhia monitora periodicamente o impacto potencial de variação nas taxas de juros e inflação de forma a avaliar a eventual necessidade de buscar proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, através de balanceamento entre ativos e passivos no curto/médio prazos, medidas de diversificação de indexadores ou eventual contratação de derivativos (caso haja disponibilidade em condições adequadas).

A contratação eventual de instrumentos derivativos é sujeita à aprovação prévia pela Diretoria e, caso necessário, também pelo Conselho de Administração da Companhia.

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*Risco de Liquidez*

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo diverso de proteção patrimonial. A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme citado acima, a Companhia executa o monitoramento da gestão dos riscos por meio da implantação de controles internos, que mitigam os riscos que podem impactar nos resultados financeiros da Companhia, bem como através de testes de efetividade destes controles. A área de Controles Internos tem a função de assegurar a implantação e continuidade dos controles e os testes de efetividade são efetuados pela área de auditoria interna.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de risco adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável, bem como as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos Control Owners (executor controle) e Process Owners (dono dos processos), e testados por uma empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05 e garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Durante o exercício de 2021, Administração implementou ações robustas na melhoria dos controles relacionados ao ambiente de Tecnologia da Informação (TI), deficiências para os sistemas de medição, leitura e registro de energia vendida (Smile, Syntegra RJ e Synergia RJ) relacionadas ao acesso e mudança de programas e dados e encerrou o exercício com todas as ações concluídas e remediadas referentes a deficiência significativa identificada à época.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia envolve todas as suas estruturas organizacionais (Diretorias Executivas) no processo de monitoramento, as quais reportam diretamente ao Conselho de Administração, com apoio de áreas específicas responsáveis. Todas essas estruturas do controlador são contempladas e envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle interno da Companhia. Essas estruturas participam semestralmente da Certificação do ambiente de controles interno através da avaliação de eficácia dos controles desenhados para mitigar os riscos relacionados aos seus processos.

As Diretorias Executivas da Companhia estão descritas no item 12.1(b) deste Formulário.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos Control Owners (executor controle) e Process Owners (dono processo) dos processos, e testados por uma empresa de consultoria independente para garantir e suportar a eficácia dos controles internos sobre demonstrações financeiras.

Ademais, a Companhia efetua anualmente auditorias especificamente voltadas para avaliações e validação dos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras. Todos os trabalhos de auditoria são validados sob a metodologia do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, de acordo com a última atualização ocorrida em 2013.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A área de auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração de que o controle interno e do sistema de gestão de risco eficientemente gerido, contribui para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada. O plano de auditoria é e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo o resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação apresentados periodicamente ao mesmo.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A KPMG Auditores Independentes, contratada pela administração da Companhia para avaliar o ambiente de controles internos sobre demonstrações financeiras da Companhia, com base em 31 de dezembro de 2021, identificou, em conjunto com a administração da Companhia, deficiência significativa relacionada a reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada, onde verificou-se falta de controle formal para revisar a provisão de receitas não faturadas. Contudo, essas verificações são feitas pelas áreas operacionais. A Companhia possui controles para revisar o cálculo da receita não faturada no encerramento do exercício que trata dos riscos reportados.

No entanto, esta deficiência não gerou erros ou necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme reportado pelos Auditores Independentes.

A Companhia analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes. A implementação dos planos de ação vem sendo acompanhada pela área de Controles Internos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A deficiência significativa identificada em nossos controles internos sobre relatórios financeiros, se não corrigida, pode resultar em distorções materiais de nossas demonstrações financeiras ou nos fazer deixar de cumprir nossas obrigações de relatórios periódicos. Com isso, a administração da Companhia elaborou um plano de ação com o objetivo de solucioná-la para o próximo ciclo de avaliação do ambiente de controles internos da Companhia.

A Companhia tem envidado esforços significativos nos últimos anos em seus controles relacionados ao processo de Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada e continuará o processo de melhoria dos seus controles.

A administração da Companhia concorda com a maior parte das recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das outras recomendações que julgou pertinentes.

O desenho e a implantação destes controles e procedimentos serão acompanhados periodicamente pela área de Controles Internos, que avaliará qualquer desvio ao longo deste processo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gestão de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, visa, dentre outros objetivos, a proteção de riscos de reputação e imagem. Além disso, a Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia segue um Programa de Compliance aprovado por seu Conselho de Administração que visa garantir aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“**Lei nº 12.846/13**”), através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas. Este programa foi avaliado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e obteve o reconhecimento de Empresa Pró- Ética nos anos de 2016, 2017, 2018-2019 e 2020-2021. Em 2020 o Programa foi avaliado para o processo de obtenção da certificação voluntária do sistema de gestão antissuborno, de acordo com a norma internacional ISO 37001: 2016, e em 2021 o órgão certificador manteve a certificação ISO 37.001 após análises de manutenção periódica

Adicionalmente, a Companhia também adota, conforme aprovado pelo Conselho de Administração o Programa Global de *Compliance* do grupo Enel, aplicável para todas as sociedades do grupo Enel no mundo e que toma como referências os requisitos das mais avançadas leis anticorrupção do mundo, como FCPA e UK Bribery Act 2010.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta:** a Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- **Plano de Tolerância Zero com a Corrupção:** a Companhia observa o Código de Ética do grupo Enel, bem como os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global. Dessa forma, exige que seus colaboradores sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas tarefas. Os mesmos compromissos também são exigidos das demais partes interessadas, ou seja, das pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual “as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno”, é intenção da Companhia continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparência recomendados pelo “Transparency International”.
- **Modelo de Prevenção de Riscos Penais:** parte integrante do Programa de Integridade para efeitos da Lei nº 12.846/13, com objetivo de prevenir a prática de delitos nas operações da Companhia, mitigar os riscos associados à responsabilidade penal da pessoa jurídica e de pessoas físicas exercendo atividades representando a Companhia, bem como a responsabilidade da pessoa jurídica para efeitos da Lei nº 12.846/13, e os riscos de responsabilidade administrativa estabelecidos no Programa Global de Compliance.
- **Política Antissuborno:** referida política define os objetivos gerais de prevenção e luta contra a corrupção e suborno, as principais proibições, direcionamentos e responsabilidades.
- **Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** referida política define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com estas últimas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Política de Conflito de Interesses:** referida política orienta em como identificar e proceder em situações de conflito de interesses. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Política de Presentes e Hospitalidades:** referida política define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e hospitalidades, identificando papéis, responsabilidades e métodos de gerenciamento e controle. Não se admite nenhum tipo de presente que possa ser interpretado como algo que exceda as práticas comerciais ou de cortesia normais ou, de qualquer forma oferecidos com a intenção de receber um tratamento considerado como favor na realização de qualquer atividade vinculada à Companhia. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Procedimento de Gestão de Doações:** o referido procedimento orienta a realização de doações de qualquer natureza em nome da Companhia e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia, garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia
- **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** o relacionamento do grupo Enel com órgãos e autoridades da administração pública está regulamentado pelo Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas - documento anexo ao Código de Ética, que visa: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que supunham vantagens competitivas ilícitas; (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações com funcionários públicos e autoridades públicas.
- **Ações de Comunicação:** ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de *Compliance* através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV.
- **Condução de Treinamentos:** são realizados treinamentos, presenciais e online, para reforçar os temas relacionados à gestão de *Compliance* e fortalecer os padrões éticos da Companhia. Os treinamentos abrangem colaboradores de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração.
- **Canal de Denúncias:** a Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas por meio do site do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210- 205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- **Gestão de Riscos:** a área de Risk Control Latin America é responsável pelo processo de gestão de riscos da Companhia. A área segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno e Gestão de Riscos (SCIQR) definido no nível da Holding (Enel S.p.A.), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das normas, políticas e procedimentos etc., que são aplicados nos diferentes níveis da organização nas etapas de identificação, análise,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar o alcance dos objetivos do negócio, sendo utilizada uma taxonomia de riscos que considera 6 macro categorias (estratégico; financeiro; governança e cultura; operacional; tecnologia digital; e compliance) e 38 subcategorias. O processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo operacional - também conhecidos como Risk Owners - é responsável pela identificação do risco de forma ex-ante, bem como, pelo tratamento e adoção de medidas de controle ou ações mitigatórias.

O SCIGR considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente dos riscos e controles internos. Cada uma dessas linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança de riscos mais ampla da organização. As áreas de negócio e de Controles Internos atuam na primeira linha, a área de Risk Control atua na segunda linha e a Auditoria Interna, que é responsável pela terceira linha. Cada linha de defesa tem a obrigação de identificar e comunicar a Alta Administração e os Diretores sobre o monitoramento do gerenciamento dos riscos da Companhia.

- **Contratação de Serviços de Consultoria e Serviços Profissionais:** considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o grupo Enel conta com procedimento específico que regula este tipo de contratação com fluxos específicos de comunicação e aprovação. Para verificar o seu correto cumprimento, semestralmente é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencia a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.
- **Declaração de Cumprimento com o Programa de *Compliance*:** semestralmente, a primeira linha do corpo diretivo assina a declaração de conformidade com o Programa de *Compliance* do grupo Enel, no qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo.
- **Monitoramento Contínuo:** avaliação da aplicação de procedimentos que, além de assegurar o correto funcionamento do sistema de controle interno, garantem o fortalecimento do Programa de Integridade / Sistema de Gestão Antissuborno adotado pela Companhia
- ***Due diligence*:** um dos aspectos de maior relevância em um Programa de Integridade tem sido a contratação de terceiros. O procedimento de *Due Diligence* permite aumentar a segurança no momento da contratação de bens e serviços, além de atenuar riscos no relacionamento com os atuais e futuros parceiros de negócios, compreendendo um conjunto de atos investigativos que devem ser realizados antes de uma contratação para conhecer em detalhes a real situação do terceiro e os riscos envolvidos na transação.

A avaliação dos riscos relacionados à ocorrência de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública é realizada periodicamente, em linha com a execução das atividades de auditoria. Os testes de efetividade dos controles são realizados ao menos uma vez ao ano e nos casos de mudanças que afetam os riscos de corrupção e do Sistema de Gestão Antissuborno.

Na medida em que mudanças nos processos ou atividades de controle sejam identificadas, a matriz de riscos, controles, políticas, procedimentos, práticas e outros componentes destes poderão ser atualizados para garantir sua melhoria contínua.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui um colaborador responsável pela Auditoria Interna formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2022 como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de *Compliance Officer*) e possui, entre suas principais funções, apoiar o Conselho de Administração na implantação e manutenção do Programa

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

de Compliance da Companhia, com a responsabilidade de monitorar e atualizar o Programa a fim de mitigar os riscos que possam gerar responsabilidade para a Enel e para as suas controladas. A unidade de Auditoria Interna é a responsável por realizar a análise de riscos e prever controles, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

A função de Compliance Officer é aprovada pelo CA onde reporta periodicamente suas principais atividades, possuindo acesso direto e imediato ao Conselho de Administração e à alta direção no caso de qualquer situação de não cumprimento ou preocupação que possa ocasionar riscos de suborno e/ou corrupção, e tendo autonomia, experiência e independência para o exercício de suas funções, possuindo independência para definir iniciativas e monitoramento de controle, bem como acesso a quaisquer informações e documentos necessários para o exercício de suas funções.

(iii) código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração que dispõe sobre os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas que guiam todas as ações da Companhia, fornecendo orientações de como todos devem interagir com os demais colaboradores da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

Dentre as orientações estabelecidas, temos a observância ao Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

Os princípios e condições contidos no Código de Ética da Companhia são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, as companhias do grupo Enel exigem que seus fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais do Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Anualmente são realizados treinamentos para garantir conhecimento quanto a governança corporativa da Companhia bem como aos temas de ética e *compliance*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do grupo Enel são apuradas e, caso seja identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas, conforme previsto no Código de Ética e no Procedimento de Medidas Disciplinares.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Enel Brasil S.A. em 10 de dezembro de 2010 e a versão vigente do documento foi aprovada em 29 de setembro de 2021, aplicável a Companhia e demais sociedades do grupo Enel Brasil S.A., e está disponível no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pr/investidores/a201612-comportamento-etico.html>), no site da intranet do grupo Enel e no site de Relações com Investidores pelo caminho (<http://ri.eneldistribuaosp.com.br/show.aspx?idCanal=ALVYjDvptRra9s2VT7KNuw==>).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) canal de denúncia, indicando:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de comunicação chamado Canal Ético, confidencial, disponível 24h por dia, 7 dias por semana. Para tratamento uniforme no âmbito do Grupo, as manifestações são recebidas por empresa terceirizada, garantindo total isenção no acolhimento das manifestações.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal Ético pode ser utilizado por qualquer pessoa, colaborador ou terceiro, para compartilhamento de informações sobre violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética da Companhia. O Canal Ético pode ser acessado por meio de plataforma global acessível no site www.enel.ethicspoint.com ou pelo telefone 0800-892-0696.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as preocupações sobre violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética são averiguadas e respondidas ao relator, sendo que a gestão, apuração e tratamento das indicações enviadas ao Canal Ético estão sob responsabilidade da Auditoria Interna da Companhia. A referida área de Auditoria Interna da Companhia apura as investigações e, após sua conclusão, delibera sobre as medidas cabíveis para endereçar as ações mitigatórias das fragilidades identificadas e as medidas disciplinares, quando aplicável.

Dependendo do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como Pessoas e Organização, Jurídico, Segurança e Meio Ambiente e Segurança Patrimonial, com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma remediação. Ainda, conforme o resultado da investigação, poderão ser feitas recomendações para o gestor da área/processo envolvido, o qual será responsável por implantar tais ações em resposta aos riscos e vulnerabilidades identificadas.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as medidas necessárias e implementar planos de remediação.

Além disso, a Companhia tem o compromisso de manter um ambiente de trabalho em que todos se sintam à vontade para esclarecer dúvidas, expressar preocupações e fazer sugestões apropriadas quanto às práticas de negócio. Por esse motivo, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra quem fizer algum questionamento ou demonstrar alguma preocupação, ou, de boa-fé, denunciar um comportamento possivelmente inadequado.

(c) **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

As operações de fusões, aquisições e reestruturação societária são consideradas atividades sensíveis para o Programa de Integridade, considerando que se requer a realização de verificações dos antecedentes das companhias que sejam objeto deste tipo de operação.

Neste sentido estabelecemos procedimento interno que define a necessidade de realizar verificações específicas e de comprovar a realização destas, garantindo as condições mínimas necessárias para cumprimento das diretrizes dos códigos éticos seguidos pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos três últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1.Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três exercícios sociais, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado. Esta posição se reflete em um nível de rating avaliado em brAAA (escala nacional). A Companhia encerrou 2021 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,62, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,75 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,53. Ajustando esse indicador com a exclusão dos mútuos com a controladora Enel Brasil, os quais, embora não subordinados às dívidas com terceiros, têm uma exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia, o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) passaria a 2,82.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição.

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	3,75	3,50	2,99
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	3,53	2,93	2,67
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,62	0,54	0,51
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,60	0,50	0,49
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,30	1,45	1,53
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,69	1,08	0,72
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,06	0,23	0,11

(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos SWAP, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/202 1	Exercício findo em 31/12/202 0	Exercício findo em 31/12/201 9
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.712.963	3.591.235	3.660.976
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	5.633.408	3.379.800	3.252.711
TOTAL (R\$ mil)	9.346.371	6.971.035	6.913.687
Capital Próprio (%)	39,73%	51,52%	52,95%
Capital de Terceiros (%)	60,27%	48,48%	47,05%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

2021

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 2021, 39,73% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 60,27% oriundos de capital de terceiros (inclui os empréstimos junto ao controlador). A participação de capital de terceiros cai para 54,8% com a exclusão dos empréstimos mantidos junto à sua controladora direta Enel Brasil. Os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2020

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2020, 51,52% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 48,48% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2019

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2019, 52,95% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 47,05% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2021, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controlada para assegurar esta condição. Nos últimos três anos, se verifica o cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	0,62	0,34	0,80
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,14	0,08	0,19
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	-	2,77	2,52
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	CITIBANK N.A.	0,60	-	0,48	0,47
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	ITAUBBA PLC	3,50	-	2,77	2,52
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	ITAUBBA PLC	0,60	-	0,48	0,47

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Contrato - Emissões de Debêntures	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	9ª e 10ª	0,60	-	0,48	0,47
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	9ª e 10ª	3,50	-	2,77	2,52

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, assim como o suporte do grupo controlador, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2021

Em 31 de dezembro de 2021, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou em 3,53, um pouco acima do seu limite referencial (máximo de 3,50). Ajustando esse indicador com a exclusão dos mútuos com a controladora Enel Brasil, os quais, embora não subordinados às dívidas com terceiros, têm uma exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia, o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) passaria a 2,82. Adicionalmente, a Companhia fechou 2021 com alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), em 0,60 (ou 0,55 ajustado com a exclusão dos empréstimos mantidos junto à sua controladora direta Enel Brasil). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento satisfatório, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações no futuro.

2020

Em 31 de dezembro de 2020, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou em 2,77, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia fechou 2020 com índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), em 0,48 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019

Em 31 de dezembro de 2019, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou em 2,52, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia fechou 2019 com índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2019 em 0,47 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais (2019, 2020 e 2021), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iii) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (iv) empréstimos intercompanhia realizados com sua controladora e com outras companhias sob o mesmo controle acionário da Ampla.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos e capital de giro.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros. Para complementar a geração de caixa operacional, a Companhia busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro, realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício de 2021, foram captados os montantes de R\$ 320.000 mil oriundos de fontes bancárias de longo prazo (Scotiabank) para financiar capital de giro. Adicionalmente, a Companhia captou junto a controladores diretos e indiretos um montante de R\$ 3.064.099 mil para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinanciar dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício de 2020, foram captados os montantes de R\$ 150.000 mil e R\$ 200.000 mil oriundos de fontes bancárias de curto e longo prazo (Scotiabank e BNP), respectivamente, para financiar capital de giro. Adicionalmente, para liquidar e refinanciar dívidas, a Companhia captou junto a controladores diretos e indiretos um montante de R\$ 1.600.000 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício de 2019, foram captados os montantes de R\$ 600.000 mil e R\$ 1.000.000 mil oriundos de fontes bancárias de longo prazo (BNP e Scotiabank) e do mercado de capitais, respectivamente, para financiar capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mantidas para este fim. Em 2021, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000 mil.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para a realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 mil, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 2.700.000 mil. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R\$ 600.000 mil (despacho Nº 902 de 30 de março de 2021) e R\$ 2.500.000 mil, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000 mil.

A Companhia também possui limite de mútuo com outras companhias sob o mesmo controle acionário, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000 mil.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.285.000 mil, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil, com exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia.

Para execução de investimentos, a Companhia utilizou empréstimos junto à sua Controladora, financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2021, 2020 e 2019**Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):**

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Citibank N.A (II)	-	501.282	390.539
Itaú BBA International PLC	-	401.155	311.182
Scotiabank 4131	-	-	217.446
Scotiabank 4131 III	207.118	-	-
Scotiabank 4131 IV	124.161	-	-
BNP PARIBAS 4131 II	218.922	203.866	-
Total de Empréstimos	550.201	1.106.303	919.167

Financiamentos	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	11.712	19.980	28.246
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	-	-	12.223
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	-	-	12.228
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	-	-	527
BNP PARIBAS 4131 (b)	413.720	413.720	413.720

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total de Financiamentos	425.432	433.700	466.944
Partes Relacionas			
Enel Brasil	1.285.287	1.316.368	989.956
Enel Green Power Cachoeira Dourada	141.462	-	-
Enel Finance International N.V.	3.573.649	750.754	-
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	5.000.398	2.067.122	989.956
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.976.031	3.607.125	2.376.067
Resultado das Operações de Swap	15.066	-333.416	-132.540
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.991.097	3.273.709	2.243.527
Circulante	3.144.268	595.083	1.260.803
Não Circulante	2.846.829	2.678.626	1.115.264

Características das operações contratadas:

- a) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- b) BNP 4131 - Financiamento contratado em 04 de fevereiro de 2019 com o objetivo de financiar o capital de giro da Companhia no montante de R\$ 400.000.000,00.
- c) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:
 - Contrato com Itaú BBA International – Empréstimo contratado em 05 de julho de 2017 no montante total de USD 75.620.084,69, equivalentes a R\$ 250.000.000,00;
 - Contrato com Citibank N.A (II) – Empréstimo contratado em 28 de março de 2018 no montante total de USD 96.869.891,63, equivalentes a R\$ 320.000.000,00;
 - Contrato com Scotiabank 4131 – Empréstimo contratado em 11 de julho de 2019 no montante total de USD 53.329.067,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,97;
 - Contrato com Scotiabank III 4131 – Empréstimo contratado em 01 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 36.900.369,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,98;
 - Contrato com Scotiabank IV 4131 – Empréstimo contratado em 26 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 22.140.221,40, equivalentes a R\$ 119.999.999,99;
 - Contrato com BNP PARIBAS II 4131 – Empréstimo contratado em 23 de dezembro de 2020 no montante total de USD 39.215.686,27, equivalentes a R\$ 199.999.999,98.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
2021	-	-	703.566
2022	-	1.910.564	408.257
2023	870.919	3.440	3.441
2024	1.672.567	750.000	-
2025	329.476	-	-
	2.872.962	2.664.004	1.115.264

Debêntures

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):**

	Exercício findo em 31/12/2021		Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 9ª emissão	-	-	-	-	601.170	-
1ª série - 10ª emissão	-	-	5.987	1.000.000	15.782	1.000.000
(-) Custos a Amortizar	-	-	-	(1.057)	(1.037)	(1.382)
Total sem Efeito de Swap	-	-	5.987	998.943	615.915	998.618
Resultado das operações de Swap	-	-	-	-	-	-
Total de Debêntures Líquido	0	0	5.987	998.943	615.915	998.618

As debêntures apresentadas no quadro acima, liquidadas em 2020 e 2021, possuíam as seguintes características:

Características	9ª emissão
	Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2020
Vencimento final	15 de dezembro de 2020
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	114% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Única Parcela
Data das amortizações	2020

A 9ª emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de novembro de 2017, e teve como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

Características	10ª emissão
	Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	1.000.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019
Vencimento inicial	15 de março de 2024

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimento final	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	108% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Em duas parcelas anuais
Data das amortizações	2023 e 2024

A 10ª emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de fevereiro de 2019, e teve como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

A Companhia estava sujeita à manutenção do seguinte índice financeiro, calculado trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais. O pagamento antecipado voluntário das debêntures remanescentes, em dezembro de 2021, eliminou esta obrigação contratual.

10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
2020	-	-	-
2021	-	-	(325)
2022	-	(650)	(325)
2023	-	666.342	666.342
2024	-	333.251	332.926
	0	998.943	998.618

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	%	Exercício findo em 31/12/2020	%	Exercício findo em 31/12/2019	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	619.722	10,3%	430.510	10,1%	662.188	17,2%
TJLP	-	0,0%	-	0,0%	24.978	0,6%
Selic	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
CDI	5.371.375	89,7%	3.844.355	89,8%	3.147.490	81,6%
IPCA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Libor	-	0,0%	3.774	0,1%	23.404	0,6%
Total	5.991.097	100,0%	4.278.639	100,0%	3.858.060	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BRADESCO (sindicato de repasse BNDES), BNP e SCOTIABANK. Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, com exceção dos empréstimos intercompanhia firmados com a Enel Brasil que mantinham condição de subordinação a determinadas dívidas. Essa condição deixou de existir com o pagamento antecipado voluntário das debêntures remanescentes, em dezembro de 2021.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

Dos contratos vigentes, apenas os Contratos de Repasse BNDES estabelecem covenants financeiros ($\text{Dívida Bancária Líquida} \div \text{EBITDA ajustado} \leq 3,5$; $\text{Dívida Bancária Líquida} \div (\text{Dívida Bancária Líquida} + \text{PL}) \leq 0$, os quais estão em cumprimento conforme demonstrado no item 10.1c deste formulário.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB) e Eletrobrás, há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de *default* pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Em casos específicos, os contratos estabelecem obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia.

- Vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*):

Os principais contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos.

- Protesto de Títulos

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia. A Ampla monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2021, 2020, 2019):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2019	Desembolso em 2020	Desembolso em 2021	Desembolso Total	Garantias
Empréstimos									
Itaú BBA International PLC *	Capital de Giro	250.000	-	05/07/2017	0%	0%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A. (II)*	Capital de Giro	320.000	-	28/03/2018	0%	0%	0%	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131	Capital de Giro	400.000	-	04/02/2019	100%	0%	0%	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131	Capital de Giro	200.000	-	11/07/2019	100%	0%	0%	100%	-
SCOTIABANK III 4131	Capital de Giro	200.000	-	01/02/2021	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK IV 4131	Capital de Giro	120.000	-	26/02/2021	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS II 4131	Capital de Giro	199.999	-	23/12/2020	0%	100%	0%	100%	Enel Brasil
Financiamentos									
BNDES Capex 2012-2013*	Financiamento do CAPEX	450.171	2012/2013	16/08/2013	0%	0%	0%	79%	Receíveis
Partes relacionadas									
Enel Brasil*	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	191.214	-	29/12/2015	0%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil 53	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	788.003	-	10/12/2019	100%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil 54	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.000	-	18/06/2020	0%	100%	0%	100%	-
Enel Brasil 55	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	750.000	-	07/07/2020	0%	100%	0%	100%	-
Enel Brasil 56	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.466	-	30/09/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Brasil 57	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	60.412	-	23/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V.	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	750.000	-	21/12/2020	0%	100%	0%	100%	-
Enel Finance International N.V. II	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	230.000	-	15/04/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. III	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	294.500	-	01/07/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. IV	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	299.800	-	08/07/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. V	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	306.765	-	03/09/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. VI	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	257.600	-	13/10/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. VII	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	347.881	-	14/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. VIII	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	1.025.952	-	28/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
EGP Cachoeira Dourada	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	140.724	-	14/12/2021	0%	0%	100%	100%	-

* Recursos liberados e utilizados em exercícios anteriores a 2019

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Rio de Janeiro, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES contratados nos anos anteriores a 2021 refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

Exercício social findo em 31/12/2021

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 320 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Exercício social findo em 31/12/2020**

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 450 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

Exercício social findo em 31/12/2019

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 600 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Exercícios findos em:						Variações:	
	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31.12.2021	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%	2021 vs 2020	2020 vs 2019
<u>Ativo circulante</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	240.971	1,48%	566.686	4,87%	303.062	2,87%	-57,48%	86,99%
Títulos e valores mobiliários	116.718	0,72%	129.555	1,11%	106.258	1,01%	-9,91%	21,92%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.039.645	12,57%	1.843.952	15,84%	1.468.059	13,89%	10,61%	25,60%
Ativo financeiro setorial	307.903	1,90%	-	0,00%	138.062	1,31%	100,00%	-100,00%
Créditos a receber - subvenção e outros	95.367	0,59%	22.015	0,19%	295.867	2,80%	333,19%	-92,56%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	221.647	1,37%	38.044	0,33%	30.925	0,29%	482,61%	23,02%
Outros tributos compensáveis	588.234	3,62%	142.473	1,22%	112.521	1,06%	312,87%	26,62%
Serviços em curso	47.816	0,29%	41.256	0,35%	32.788	0,31%	15,90%	25,83%
Instrumentos financeiros derivativos	18.141	0,11%	330.288	2,84%	14.953	0,14%	-94,51%	2108,84%
Outros créditos	167.387	1,03%	132.143	1,14%	108.455	1,03%	26,67%	21,84%
Total do ativo circulante	3.843.829	23,69%	3.246.412	27,89%	2.610.950	24,71%	18,40%	24,34%
<u>Ativo não circulante</u>								
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	56.989	0,35%	44.444	0,38%	24.126	0,23%	28,23%	84,22%
Ativo financeiro setorial	98.958	0,61%	-	0,00%	26.458	0,25%	100,00%	-100,00%
Depósitos vinculados	261.823	1,61%	257.473	2,21%	226.268	2,14%	1,69%	13,79%
Outros tributos compensáveis	2.881.905	17,76%	106.522	0,92%	87.433	0,83%	2605,46%	21,83%
Tributos diferidos	268.169	1,65%	305.138	2,62%	276.807	2,62%	-12,12%	10,23%
Instrumentos financeiros derivativos	40.109	0,25%	3.231	0,03%	128.279	1,21%	1141,38%	-97,48%
Ativo indenizável (concessão)	5.287.315	32,58%	4.321.429	37,13%	3.613.155	34,19%	22,35%	19,60%
Ativos contratuais	956.056	5,89%	619.469	5,32%	801.077	7,58%	54,33%	-22,67%
Imobilizado	106.659	0,66%	101.701	0,87%	106.893	1,01%	4,88%	-4,86%
Intangível	2.426.651	14,95%	2.633.051	22,62%	2.649.716	25,07%	-7,84%	-0,63%
Total do ativo não circulante	12.384.634	76,31%	8.392.458	72,11%	7.956.812	75,29%	47,57%	5,48%
Total do ativo	16.228.463	100,00%	11.638.870	100,00%	10.567.762	100,00%	39,43%	10,14%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Variação Horizontal	
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2019		2021 vs 2020	2020 vs 2019
<u>Passivo circulante</u>								
Fornecedores	1.358.499	8,37%	1.085.352	9,33%	899.501	8,51%	25,17%	20,66%
Empréstimos e financiamentos	3.103.069	19,12%	925.268	7,95%	1.260.803	11,93%	235,37%	-26,61%
Debêntures	-	0,00%	5.987	0,05%	615.915	5,83%	-100,00%	-99,03%
Obrigações por arrendamentos	18.358	0,11%	15.018	0,13%	12.759	0,12%	22,24%	17,71%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	436.501	2,69%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Salários, provisões e encargos sociais	65.536	0,40%	76.609	0,66%	38.864	0,37%	-14,45%	97,12%
Outras obrigações fiscais	191.988	1,18%	200.161	1,72%	195.453	1,85%	-4,08%	2,41%
Passivo financeiro setorial	-	0,00%	301.498	2,59%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Encargos setoriais	82.687	0,51%	39.887	0,34%	347.743	3,29%	107,30%	-88,53%
Dividendos a pagar	77.771	0,48%	57.987	0,50%	112.824	1,07%	34,12%	-48,60%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	486	0,00%	179.662	1,54%	-	0,00%	-99,73%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	59.340	0,37%	103	0,00%	6.523	0,06%	57511,65%	-98,42%
Outras obrigações	197.542	1,22%	108.903	0,94%	112.087	1,06%	81,39%	-2,84%
Total do passivo circulante	5.591.777	34,46%	2.996.435	25,75%	3.609.669	34,16%	86,61%	-16,99%
<u>Passivo não circulante</u>								
Empréstimos e financiamentos	2.872.962	17,70%	2.681.857	23,04%	1.115.264	10,55%	7,13%	140,47%
Debêntures	-	0,00%	998.943	8,58%	998.618	9,45%	-100,00%	0,03%
Obrigações por arrendamentos	23.161	0,14%	26.721	0,23%	33.888	0,32%	-13,32%	-21,15%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.814.422	17,34%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Outras obrigações fiscais	140.571	0,87%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Passivo financeiro setorial	-	0,00%	87.986	0,76%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Encargos setoriais	43.305	0,27%	50.654	0,44%	51.058	0,48%	-14,51%	-0,79%
Instrumentos financeiros derivativos	13.976	0,09%	-	0,00%	4.169	0,04%	100,00%	-100,00%
Obrigações com benefícios pós-emprego	348.582	2,15%	590.246	5,07%	463.222	4,38%	-40,94%	27,42%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	661.898	4,08%	605.629	5,20%	626.392	5,93%	9,29%	-3,31%
Outras obrigações	4.846	0,03%	9.164	0,08%	4.506	0,04%	-47,12%	103,37%
Total do passivo não circulante	6.923.723	42,66%	5.051.200	43,40%	3.297.117	31,20%	37,07%	53,20%
<u>Patrimônio líquido</u>								
Capital social	2.498.230	15,39%	2.498.230	21,46%	2.498.230	23,64%	0,00%	0,00%
Reservas de capital	23.254	0,14%	23.254	0,20%	23.254	0,22%	0,00%	0,00%
Reservas de lucros	1.218.709	7,51%	1.068.340	9,18%	1.138.795	10,78%	14,08%	-6,19%
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação	(27.230)	-0,17%	1.411	0,01%	697	0,01%	-2029,84%	102,44%
Total do patrimônio líquido	3.712.963	22,88%	3.591.235	30,86%	3.660.976	34,64%	3,39%	-1,90%
Total do passivo e do patrimônio líquido	16.228.463	100,00%	11.638.870	100,00%	10.567.762	100,00%	39,43%	10,14%

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variações patrimoniais: 2021 versus 2020**Ativo Circulante (Caixa e equivalente de caixa)**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 240.971 mil) reduziu em R\$ 325.175 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 566.686 mil),

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018 de 11 de dezembro de 2022, no montante de até o qual passou a R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, totalizando R\$ 2.700 milhões. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R\$ 600 milhões (despacho Nº 902 de 30 de março de 2021) e R\$ 2.500 milhões, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800 milhões.

Ativo Circulante e Não Circulante (Outros tributos compensáveis)

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia discutiu o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 ativo de PIS e de COFINS a recuperar que, em 31 de dezembro de 2021, corresponde ao montante de R\$ 3.211.470 e passivo a repassar aos consumidores de igual valor, por entender que os valores a serem recebidos como créditos fiscais devem ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

A Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$ 39.353.

Em decorrência do acima exposto, foi constituído saldo a compensar de R\$ 436.501 no curto prazo e R\$ 2.774.969 no longo prazo.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP)

Em 31 de dezembro de 2021, o SWAP apresentava saldo de R\$ 58.250 totalizando redução de R\$ 275.269 comparado 31 de dezembro de 2020 (R\$ 333.519), a variação deve-se principalmente por amortizações efetuadas em contratos com Itaú, Citibank e Scotiabank, acarretando redução nos saldos de derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão)

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 5.287.315 mil, um aumento de R\$ 965.886 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.321.429 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 540.851 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 167.423 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,11% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 4,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos)

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP)

O aumento observado entre 2021 e 2020 no valor de R\$ 1.437.189 mil deve-se, principalmente por: i) novas captações no montante de R\$ 3.744.100 mil (R\$ 3.064.099 mil com partes relacionadas e R\$ 680.000 mil com Scotiabank) tendo sua totalidade a função de capital de giro, valor parcialmente compensado por amortizações de R\$ 1.574.154 mil; ii) redução de R\$ 1.004.930 mil no saldo de debentures e iii) aumento de 73.213 mil em instrumentos financeiros derivativos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2021.

Variações patrimoniais: 2020 versus 2019

Ativo Circulante (Caixa e equivalente de caixa)

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 566.686 mil) aumentou em R\$ 263.624 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 303.062 mil),

A Companhia recebeu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante total de conta – COVID de R\$ 799.490, sendo R\$ 671.810 correspondentes a ativos e passivos financeiros setoriais (sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais) e R\$ 127.680 correspondentes à antecipação da parcela B, sendo ambos contabilizados nos respectivos componentes tarifários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, no montante de até o qual passou a R\$ 2.700.000 dos quais, em 31 de dezembro de 2020, estavam disponíveis R\$ 685.487.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.316.368, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2020, esta conta totalizou R\$ 22.015 mil, uma diminuição de R\$ 273.852 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 295.867). A variação é decorrente, principalmente, de:

(i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 295.284, referente a valores em aberto do período de outubro de 2014 a abril de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante total de R\$ 295.284.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP):

Em 31 de dezembro de 2020, os SWAP apresentava R\$ 333.519 totalizando um aumento de R\$ 190.287 comparado 31 de dezembro de 2019 (R\$ 143.232), a variação deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2020, gerando resultados positivos nos derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 4.321.429 mil, um aumento de R\$ 708.274 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.613.155 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 540.851 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 167.423 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 9,23% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O aumento observado entre 2020 e 2019 no valor de R\$ 420.579 mil deve-se, principalmente por: i) novas captações no montante de R\$ 1.950 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 750 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 350 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 165 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 1.529 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 163 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2020.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2021		Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019		Var. % 2021 x 2020	Var. % 2020 x 2019
	R \$ Mil	%	R \$ Mil	%	R \$ Mil	%		
Receita Operacional	13.414.515	100,00 %	10.104.619	100,00 %	9.610.955	100,00 %	32,76 %	5,14 %
Fornecimento de energia	8.643.130	64,43%	7.484.988	74,07%	7.591.272	78,99%	15,47%	-1,40%
Suprimento de energia elétrica	114.409	0,85%	102.541	1,01%	100.493	1,05%	11,57%	2,04%
Baixa Renda	48.902	0,36%	58.356	0,58%	35.238	0,37%	-16,20%	65,61%
Subvenção CDE - Desconto tarifário	234.905	1,75%	221.896	2,20%	207.139	2,16%	5,86%	7,12%
Disponibilidade da rede elétrica	861.196	6,42%	803.436	7,95%	787.317	8,19%	7,19%	2,05%
Receita de Construção	1.104.418	8,23%	831.999	8,23%	718.037	7,47%	32,74%	15,87%
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.413.225	10,54%	333.575	3,30%	52.969	0,55%	323,66%	529,76%
Venda de energia excedente - MVE	406.460	3,03%	-	-	18.443	0,19%	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável	459.053	3,42%	167.423	1,66%	0	-	174,19%	-
Outras Receitas	128.817	0,96%	100.405	0,99%	100.047	1,04%	28,30%	0,36%
Deduções da Receita	-4.941.146	-36,83 %	-3.712.880	-36,74 %	-3.706.669	-38,57 %	33,08 %	0,17 %
ICMS	-2.538.728	-18,93%	-2.136.922	-21,15%	-2.176.670	-22,65%	18,80%	-1,83%
PIS	-165.836	-1,24%	-150.447	-1,49%	-149.433	-1,55%	10,23%	0,68%
COFINS	-763.850	-5,69%	-720.108	-7,13%	-688.296	-7,16%	6,07%	4,62%
ISS	-4.879	-0,04%	-4.194	-0,04%	-4.189	-0,04%	16,33%	0,12%
Encargo setorial CDE	-804.888	-6,00%	-58.1219	-5,75%	-628.684	-6,54%	38,48%	-7,55%
Programa de eficiência energética e P&D	-68.461	-0,51%	-53.277	-0,53%	-51.309	-0,53%	28,50%	3,84%
Taxa de fiscalização	-8.855	-0,07%	-8.473	-0,08%	-8.088	-0,08%	4,51%	4,76%
Encargos do consumidor CCRBT	-585.649	-4,37%	-58.240	-0,58%	-	-	905,58%	-
Receita Operacional Líquida	8.473.369	63,17 %	6.391.739	63,26 %	5.904.286	61,43 %	32,57 %	8,26 %
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.949.629	-59,26 %	-5.910.575	-58,49 %	-5.260.986	-54,74 %	34,50 %	12,35 %
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.947.380	-36,88 %	-3.590.814	-35,54 %	-3.306.401	-34,40 %	37,78 %	8,60 %
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.664.274	-27,32%	-2.884.139	-28,54%	-2.781.364	-28,94%	27,05%	3,70%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-685.126	-5,11%	-674.203	-6,67%	-522.756	-5,44%	1,62%	28,97%
Encargos dos serviços dos sistemas	-604.221	-4,50%	-88.175	-0,87%	-16.499	-0,17%	585,25%	434,43%
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	6.241	0,05%	55.703	0,55%	14.218	0,15%	-88,80%	291,78%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.002.249	-22,38 %	-2.319.761	-22,96 %	-1.954.585	-20,34 %	29,42 %	18,68 %
Pessoal	-155.883	-1,16%	-135.977	-1,35%	-139.746	-1,45%	14,64%	-2,70%
Material e Serviços de Terceiros	-583.496	-4,35%	-512.295	-5,07%	-461.855	-4,81%	13,90%	10,92%
Custos de Desativação de Bens	-	-	-68.745	-0,68%	-21.641	-0,23%	-	217,66%
Depreciação e Amortização	-465.715	-3,47%	-435.482	-4,31%	-417.073	-4,34%	6,94%	4,41%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-369.666	-2,76%	-182.277	-1,80%	-47.865	-0,50%	102,80%	280,81%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-90.249	-0,67%	-23.262	-0,23%	-103.546	-1,08%	287,97%	-77,53%
Perda de recebíveis de clientes	-148.385	-1,1%	-112.988	-1,12%	-87.339	-0,91%	31,33%	29,37%
Custo de Construção	-1.104.417	-8,23%	-831.999	-8,23%	-718.037	-7,47%	32,74%	15,87%
Recuperação de perdas	-	-	13.882	0,14%	8.813	0,09%	-	57,52%
Receita de multas por impontualidade de clientes	56.261	0,42%	48.852	0,48%	64.711	0,67%	15,17%	-24,51%
Outras Despesas Operacionais	-140.699	-1,05%	-79.470	-0,79%	-31.007	-0,32%	77,05%	156,30%
EBITDA	989.455	7,38%	916.646	9,07%	1.060.373	11,03%	7,94%	-13,55%
Resultado do Serviço	523.740	3,90%	481.164	4,76%	643.300	6,69%	8,85%	-25,20%
Resultado Financeiro	-425.932	-3,18%	-405.344	-4,01%	-220.700	-2,30%	5,08%	83,66%
Receita Financeira	952.201	7,10%	400.972	3,97%	709.997	7,39%	137,47%	-43,52%
Renda de aplicação financeira	12.730	0,09%	8.390	0,08%	20.575	0,21%	51,73%	-59,22%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	45.082	0,34%	37.732	0,37%	41.205	0,43%	19,48%	-8,43%
Variações monetárias	1.218	0,01%	19.096	0,19%	10.668	0,11%	-93,62%	79,00%
Marcação a mercado de ativo indenizável	-	-	-	-	44.087	0,46%	-	-
Variação Cambial de dívidas	375.245	2,80%	183	0,00%	144.815	1,51%	204951,91%	-99,87%
Dívida - Marcação a mercado	-	-	2.213	0,02%	29.091	0,30%	-	-92,39%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	473.407	3,53%	309.017	3,06%	278.320	2,90%	53,20%	11,03%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	31.883	0,24%	7.416	0,07%	33.923	0,35%	329,92%	-78,14%
Ganho disputa judicial Furnas	-	-	-	-	103.625	1,08%	-	-
Outras receitas financeiras	17.689	0,13%	21.241	0,21%	10.322	0,11%	-16,72%	105,78%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-5.053	-0,04%	-4.316	-0,04%	-6.634	-0,07%	17,08%	-34,94%
Despesas financeiras	-1.378.133	-10,27%	-806.316	-7,98%	-930.697	-9,68%	70,92%	-13,36%
Variação cambial	-6.366	-0,05%	-	-	-11.262	-0,12%	-	-
Variação cambial de dívidas	-490.705	-3,66%	-300.121	-2,97%	-181.291	-1,89%	63,50%	65,55%
Dívida - marcação a mercado	-2.158	-0,02%	-	-	-27.589	-0,29%	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	-194.301	-1,45%	-117.830	-1,17%	-187.783	-1,95%	64,90%	-37,25%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-81.470	-0,61%	-245.369	-2,43%	-63.352	-0,66%	-66,80%	287,31%
Encargo de fundo de pensão	-38.922	-0,29%	-30.148	-0,30%	-31.967	-0,33%	29,10%	-5,69%
Juros debêntures	-46.174	-0,34%	-48.073	-0,48%	-84.575	-0,88%	-3,95%	-43,16%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-418.784	-3,12%	-7.977	-0,08%	-261.427	-2,72%	5149,89%	-96,95%
Encargos com vendas de recebíveis	-	-	-167	0,00%	-13.486	-0,14%	-	-98,76%
IOF	-2.455	-0,02%	-307	0,00%	-4.986	-0,05%	699,67%	-93,84%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-46.201	-0,34%	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-50.597	-0,38%	-56.324	-0,56%	-62.979	-0,66%	-10,17%	-10,57%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	97.808	0,73%	75.820	0,75%	422.600	4,40%	29,00%	-82,06%
Tributos e Outros	-14.406	-0,11%	-26.896	-0,20%	-143.342	-1,49%	-46,44%	-81,24%
Lucro Líquido do Período	83.402	0,62%	48.924	0,36%	279.258	2,91%	70,47%	-82,48%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultados 2021 x 2020

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2021 com um total de 3.025.755 consumidores, com um aumento de 2,6% em relação ao total registrado em 2020. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais convencionais, com diminuição de 35.695 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, pela migração de clientes para classe residencial baixa renda, que registrou um aumento de 34,9% no trimestre, mitigando parcialmente a redução observada no mercado cativo. Este aumento é reflexo da deterioração das condições econômicas dos clientes na área de concessão da Companhia. A redução no número de consumidores comerciais também contribuiu para o impacto negativo no período pelo fechamento de estabelecimentos devido a pandemia. Já os clientes livres apresentaram crescimento de 13,2% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 2,6% entre períodos, explicado principalmente pelo aumento de consumidores ativos não faturados devido ao restabelecimento do corte de energia.

Em 2021 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 433 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2021 apresentou uma redução de 65 GWh em relação ao ano de 2020. Esta redução é decorrente, principalmente, das menores temperaturas registradas principalmente no 4T21.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de -0,1% no ano de 2021 quando comparado ao ano de 2020, mantendo-se praticamente estável. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução da classe comercial devido ao fechamento de estabelecimentos por conta da pandemia e da lenta recuperação econômica. No mercado livre, houve uma redução de 0,9% no transporte de energia devido a adequação no procedimento de faturamento durante o primeiro trimestre, onde o faturamento passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio alcançou R\$ 13,4 bilhões, montante 32,8% superior em relação ao ano de 2020. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2021, alcançou o montante de R\$ 12,3 bilhões, um aumento de R\$ 3,0 bilhões em relação ao 2020, cujo montante foi de R\$ 9,3 bilhões.

Um fator não recorrente que contribuiu com essa melhora foi a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Reclassificação originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa, e por essa razão, após análise detalhada, todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos passam a ser contabilizadas como Receita Operacional.

Além deste efeito, o aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento de R\$ 1,2 bilhão na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 2020, como resultado do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021, além da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento de R\$ 1,1 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e
- Aumento de R\$ 406,5 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2020, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume no ano de 2021.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2021 totalizaram R\$ 4,9 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2020, representando um aumento de 33,1% ou R\$ 1,2 bilhões, resultado, sobretudo, do aumento da base de cálculo de ICMS em R\$ 401,8 milhões na parte tributos, aumento de R\$ 223,7 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador e aumento de R\$ 527,4 milhões referente a rubrica Encargos do consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias), cujo aumento deve-se a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2021 tiveram um incremento de 34,5% (R\$ 2,0 bilhões), em relação a 2020. Excluindo o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 6,8 bilhões, R\$ 1,8 bilhões superior ao montante registrado em 2020. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R\$ 1,4 bilhões): totalizaram R\$ 4,9 bilhões, 37,8% maior em comparação ao valor registrado em 2020.

Tal variação é justificada pelo aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (R\$ 565,5 milhões), em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa e também pelo aumento da Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 780,1 milhões) em razão de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior encargo com risco hidrológico.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 682,5 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,9 bilhão, R\$ 410,1 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2020. Esta variação é resultado, principalmente:

- Aumento na Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 187,4 milhões em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes, que esteve vigente até julho/21 para clientes convencionais e setembro de 2021 para clientes baixa renda;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R\$ 71,2 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2021;
- Aumento de R\$ 67,0 em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia.

Resultado Financeiro

Em 2021 o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 425,9 milhões, representando um aumento de R\$ 20,6 milhões em relação a 2020. A variação observada explica-se, sobretudo, pelo:

- (i) aumento líquido de R\$ 141 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, Variação Monetária e Cambial de Dívidas e Encargos de dívidas e mútuos) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 1,63% (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Este efeito foi parcialmente compensado por uma menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 164 milhões.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R\$ 12,5 milhões em relação ao ano de 2020, justificado pelo aumento na constituição do ativo fiscal diferido.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2021 um lucro de R\$ 83,4 milhões, R\$ 34,5 milhões superior ao registrado no ano de 2020, cujo montante foi de R\$ 48,9 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2021 foi de 1,13%.

Resultados 2020 x 2019

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2020 com um total de 2.949.298 consumidores, com um aumento de 0,4% em relação ao total registrado em 2019. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais de baixa renda, com diminuição de 97.785 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, pela redução na classe comercial e industrial, decorrente da piora do cenário econômico em função da pandemia do COVID-19. Em 2020 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 249 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2020 apresentou uma redução de 331 GWh em relação ao ano de 2019. Esta redução é decorrente, principalmente, da redução do mercado cativo, parcialmente compensado pelo aumento de consumo no segmento de clientes livres.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 5,0% no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019. Esse efeito decorre, sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre ("ACL").

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima),

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

apresentamos os comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio alcançou R\$ 9,8 bilhões, montante 2,8% superior em relação ao ano de 2019. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R\$ 9,0 bilhões, o que representa um incremento de 1,7% (R\$ 154 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8,9 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: aumento em R\$ 280,6 milhões setoriais, decorrente de constituição de ativo regulatório no período;

Receita de uso da rede elétrica – consumidores livres-revenda: Incremento em R\$ 16,1 milhões, em função da migração líquida de clientes ao ambiente de contratação livre;

Subvenção de recursos da CDE: aumento de R\$ 14,8 milhões em razão do ajuste das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário; e

Subvenção baixa renda: Variação positiva de R\$ 23,1 milhões, relacionada às medidas aplicadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia (Medida Provisória 950).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Fornecimento de Energia Elétrica (redução de R\$ 167,6 milhões): Este aumento está associado ao menor volume de energia vendida no mercado cativo (8.095 GWh em 2020 vs. 8.521 GWh em 2019); e (ii) efeito positivo, de R\$ 18,4 milhões, do mecanismo de Venda de Energia Excedente – MVE registrado em 2019, que não ocorreu em 2020.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2020 apresentaram uma redução de 1,4% em relação ao ano anterior, registrando R\$ 3,7 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Encargos Setoriais (redução de R\$ 45,1 milhões): em razão, principalmente, do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2020 tiveram um incremento de 12,3% (R\$ 649,6 milhões), em relação a 2019. Excetuando-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,1 bilhões, R\$ 535,6 milhões superior ao montante registrado em 2019. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis apresentaram um incremento de R\$ 284,4 milhões explicado, principalmente, pelos seguintes motivos:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 102,8 milhões): de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização cambial, parcialmente compensado pela menor necessidade de compra de energia (CCEE, CCEAR) e Proinfa, além da redução do risco hidrológico em comparação ao ano anterior, em linha com a redução do PLD;
- Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 151,5 milhões): se explica, principalmente pelo do reajuste anual das transmissoras, que ocorre em julho.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Encargos dos serviços dos sistemas (incremento de R\$ 30,2 milhões): em função, sobretudo de maiores restrições operativas;

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 365,2 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,5 bilhão, R\$ 251,2 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2019. Esta variação é resultado, principalmente:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (aumento de R\$ 134,4 milhões): em razão do efeito negativo provocado pela deterioração econômica registrada no trimestre decorrente da pandemia do COVID-19, além da suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 50,4 milhões): decorrente das iniciativas de adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e operação, além da aquisição de equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19;
- Perda de recebíveis de clientes (aumento de R\$ 25,6 milhões): decorrente do maior volume registrado com baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Outras despesas operacionais (aumento de R\$ 48,5 milhões): reflexo parcial de (i) aumento de custos com contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março desse ano, conforme despacho Aneel nº 560/2020, (ii) de reclassificação de despesas, que antes estavam registradas na linha de serviços de terceiros e; (iii) maior despesa com multas e tributos.
- Receita de multa por impontualidade de clientes (redução de R\$ 15,9 milhões): em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia;

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (redução de R\$ 80,3 milhões): decorrente da reversão de processos jurídicos devido a decisões favoráveis à Companhia, e do menor volume de processos reconhecidos em comparação ao ano anterior;
- Recuperação de Perdas (aumento de 5,1 milhões): principalmente devido à decisão judicial favorável à Companhia relativa à dívida com o Estado do ano de 1994, reconhecido no 1T20.
- Despesa de pessoal (redução de R\$ 3,8 milhões): em função, sobretudo, da redução de gastos variáveis com pessoal no período de pandemia.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 749,2 milhões no ano de 2020, o que representa uma redução de 29,3% em relação ao ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 1,1 bilhão. A margem EBITDA ex-Receita de Construção da Companhia em 2020 foi de 13,89%, o que representa uma redução de 6,56 p.p. em relação a 2019, de 20,45%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio totalizaram R\$ 237,9 milhões, R\$ 17,2 milhões superior ao registrado em 2019. As principais variações foram:

- Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (aumento de R\$ 182 milhões): por conta de decisão, em segunda instância, da restituição do valor cobrado a maior

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(efeito cascata) de tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80;

- Renda de aplicação financeira (redução de 12,2 milhões): em decorrência, sobretudo, do menor CDI médio acumulado, de 5,96% em 2019 para 2,75% em 2020;
- Receita de variação monetária de ativos setoriais (redução de R\$ 26,5 milhões): devido ao menor saldo médio anual das CVAs ativas.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Encargos de dívidas e mútuos (redução de 70 milhões): em decorrência, sobretudo, de menor taxa de juros em 2020 e do pré-pagamento das operações com o BNDES em julho de 2019;
- Receita de ativo indenizável (aumento de R\$ 123,3 milhões): em razão, sobretudo, do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R\$ 116,4 milhões em relação ao ano de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da diminuição da base de cálculo desses tributos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2020 um lucro de R\$ 48,9 milhões, R\$ 230,3 milhões inferior ao registrado no ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 279,3 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2020 foi de 0,91%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2021, 2020, 2019 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia; mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2021

Em 2021, os efeitos da Covid-19 mantiveram os impactos no resultado operacional da empresa. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram, a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, aumentou significativamente, atribuído principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população. Diversos estados e municípios, adotaram durante todo o ano de 2021 o distanciamento social e fechamento de algumas atividades, o que, por sua vez, causou a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, consequentemente, aumentando o desemprego.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a arrecadação de contas de energia em atraso, algumas têm apresentado resultado positivo. Medidas temporárias adotadas pela ANEEL no início da pandemia se mantiveram vigentes ao longo do ano a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, dentre elas a resolução normativa 878/2020 que vedou a suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais que se manteve vigente até julho/21 para clientes convencionais e setembro de 2021 para clientes baixa renda.

Adicionalmente, um fator não recorrente contribuiu positivamente com a Receita Operacional, trata-se da reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Essa reclassificação foi originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia entendeu que

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional.

2020

Em 2020, o resultado operacional da empresa sofreu os impactos da pandemia da Covid-19. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego. Diante dessa situação, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a arrecadação de contas de energia em atraso.

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa 878/2020. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

Além disso, com o intuito de minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Um montante de R\$ 799,5 milhões foi recebido integralmente pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.427 milhões, resultado do menor volume de energia vendida no mercado cativo (8.095 GWh em 2020 vs. 8.521 GWh em 2019), decorrente sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e conseqüente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas, conforme já mencionado.

Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no transporte aos clientes livres, de 2.538 GWh em 2019 para 2.643 GWh em 2020, resultado, basicamente, da migração de clientes ao ambiente de contratação livre. Além disso, o efeito percebido do reajuste tarifário, homologado em 10 de março de 2020, foi de +2,71%.

2019

Em 2019, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.609 milhões, resultado da Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, o que também impactou a receita de uso da rede elétrica, com incremento de R\$ 192 milhões.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, com redução de R\$118 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mútuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes na prestação de seus serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).













O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Reajuste Tarifário 2021

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +12,57% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irre recuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

Reajuste Tarifário 2020

Em 10 de março de 2020, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, a partir de 15 de março de 2020. O resultado levou ao efeito médio percebido pelos consumidores de 2,71%, sendo 3,38% para os consumidores conectados em alta tensão e 2,48% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.666 e vigorará de 15 de março de 2020 a 14 de março de 2021.

Reajuste Tarifário 2019

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 12/03/19, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de 9,72%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de 9,65%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.519 resultou, em média, de 9,70% e vigorou de 15 a 31 de março de 2019.

Revisão Tarifária Extraordinária 2019

A revisão extraordinária foi necessária devido à decisão da Diretoria da Aneel do dia 20 de março de 2019, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a concluir o acordo com grupo de oito bancos para antecipar aquitação da chamada CDE Conta-ACR para setembro de 2019. Assim, os consumidores deixaram de realizar os desembolsos mensais para a conta a partir de outubro de 2019. Esses efeitos foram refletidos na tarifa da Enel

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

DistribuiçãoRio, por meio da resolução homologatória nº 2.523, que passou o efeito médio percebido pelos consumidores de 9,70% a 7,59%, com vigência de 01 de abril de 2019 a 14 de março de 2020. A revisão para consumidores de baixa tensão alterou o aumento de 9,72% para 7,49% e para os clientes de média e alta tensão o índice aprovado de 9,65% para 7,89%.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 – Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- (i) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- (ii) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- (iii) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- (iv) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial Instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia possui um empréstimo sujeito à taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de R\$ 501.282 (vide nota explicativa nota explicativa nº 22) com vencimento em 2021. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo no Brasil (vide nota explicativa nº 30). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<u>Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	31.12.2019
Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;**2021****Reclassificações de saldos comparativos**

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2020, originalmente autorizadas em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

(a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC".
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da "Receita Operacional Líquida";

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel.
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota essa mesma forma de apresentação, agora implementada pela Companhia, proporcionando uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 167.423 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 27), sem efeito líquido na DRE.

(b) Reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 58.240.

2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

- a) Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- (i) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- (ii) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- (iii) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- (iv) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

- b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

- c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidênciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial Instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia possui um empréstimo sujeito à taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de R\$ 501.282 (vide nota explicativa nota explicativa nº 22) com vencimento em 2021. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo no Brasil (vide nota explicativa nº 30). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<u>Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	31.12.2019
Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**2021**

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**2020**

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2019

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- Tributos diferidos sobre os lucros

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declaram que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

- Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

- Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

- Mensuração dos benefícios definidos:

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- (i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

governo brasileiro;

- (ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2021 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 433,5 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2022 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimentos (R\$ Mil)	2021	2020	2019
Novas Conexões	433.498	249.495	271.711
Rede	331.531	297.467	245.351
Combate às Perdas	174.338	140.638	54.427
Qualidade do Sistema Elétrico	157.193	156.829	190.924
Outros	377.839	224.958	207.428
Total Investido ¹	1.142.868	771.920	713.076
Aportes / Subsídios	-	(2.297)	(3.166)
Investimento Líquido	1.142.868	769.623	709.910

¹ Valor de 2020 não considera variações em estoque

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Constituem o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente, incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.